



FACCREI

ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIAS 02 E 03 DE DEZEMBRO DE 2021

ISSN 2674-9556

EVENTO ON-LINE
100% GRATUITO

SIMPOSIO.FACCREI.EDU.BR

FACCREI
FACCREI

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cristo Rei - FACCREI promoveu, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2021, o **VI Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI**, um evento anual que objetiva divulgar os resultados dos trabalhos de Iniciação Científica e pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como receber pesquisadores de outros estabelecimentos de ensino, com a participação de acadêmicos de graduação e Pós-Graduação (*lato sensu e stricto sensu*).

Em 2021, o evento aceitou a submissão de Resumos Expandidos de pesquisas desenvolvidas nas seguintes áreas temáticas:

Administração.

Agronomia.

Ciências Contábeis.

Direito.

Educação Física.

Enfermagem.

Engenharia Civil

Ensino.

Pedagogia.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Prof.^a Ma. Denise da Silva de Oliveira

CORPO EDITORIAL/ORGANIZADORES

Prof.^a Ma. Cristiane Fernandes

Prof. Me. José Antonio Conceição

Prof. Me. Marçal Guerreiro do Amaral Campos Filho

Prof.^a Ma. Josiane Luiz.

Prof.^a Dra. Moniki Janegitz

Prof. Dr. Almir Galassi

PERIODICIDADE

O Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI é um evento anual, que teve início em 2016:

I Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2016.

II Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2017.

III Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2018.

IV Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2019.

V Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2020.

VI Simpósio de Iniciação Científica da FACCREI – 2021.

AUTOR CORPORATIVO

Faculdade Cristo Rei – FACCREI.

Endereço: PR 160, s/n – Conjunto Universitário. CEP 86300-000.

CORNÉLIO PROCÓPIO – PR.



MANTENEDORA

Prof. José Antonio da Conceição

DIRETORIA GERAL

Prof. José Antonio da Conceição

DIRETORIA ACADÊMICA

Prof.^a Cristiane Fernandes

COORDENADORIA DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof.^a Denise da Silva de Oliveira

SUMÁRIO

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	6
Cassia Aparecida Pimenta Meneguice	6
ANATOMIA HUMANA COMO BASE PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM	9
João Rafael da Silva	9
Tatiane Renata Fagundes.....	9
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA NA 18ª REGIONAL DE SAÚDE DE CORNÉLIO PROCÓPIO	11
Miriã Braz Duarte Eugênio	11
Thiarles Cristian Aparecido Tonon	12
NOVAS PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CONTEXTOS PANDÊMICOS	17
Denise da Silva de Oliveira.....	17
Ana Paula da Silva e Lino	17



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Cassia Aparecida Pimenta Meneguice
cassia@faccrei.edu.br, Faculdade Cristo Rei, Faccrei, Cornélio Procópio,
Paraná, Brasil.

Resumo: Atualmente, pode-se afirmar que o afeto é um dos mais importantes fundamentos das relações familiares e a parentalidade socioafetiva vem sendo muito debatida pela doutrina e jurisprudência diante de seu recente reconhecimento jurídico como direito decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana. Este trabalho tem como objetivo demonstrar que relações estabelecidas com base no afeto tem valor jurídico e que a filiação pautada no autorreconhecimento do vínculo de parentesco é uma realidade fática na sociedade atual, tanto que recentemente por meio do Provimento 63, o CNJ regulamentou o reconhecimento da filiação de forma extrajudicial. O trabalho será desenvolvido a partir de estudo da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002, e da análise Jurisprudência pátria. A pesquisa será fundamentada em obras de consagrados doutrinadores dentre eles, Luiz Edson Fachin, Flávio Tartuce, Maria Berenice Dias, dentre outros, que são as principais referências sobre o tema. Durante o desenvolvimento do trabalho será possível concluir que a filiação socioafetiva é uma forma de filiação civil, que estabelece vínculos familiares, com todas as repercussões daí decorrentes.

Palavras-chave: Afeto. Paternidade. Maternidade. Socioafetividade. Filiação.

Introdução

A filiação socioafetiva é uma realidade decorrente da evolução da sociedade e do conceito de família que ao longo dos anos passou por diversas transformações, superando o paradigma de família patriarcal constituída eminentemente pelo casamento. Atualmente são reconhecidas novas formas de família além da família matrimonial, como a família monoparental, família anaparental, família recomposta, família homoafetiva, família informal (união estável) e a família socioafetiva. A filiação socioafetiva lastreada no amor e afeto decorre do reconhecimento espontâneo e natural do vínculo entre pais e filhos, e também perante a sociedade em que estão inseridos. Importante destacar que, conforme será demonstrado no decorrer desta pesquisa, inexistente hierarquia ou prevalência da filiação biológica sobre a filiação fincada no afeto, ao revés, o ordenamento jurídico veda a discriminação entre os filhos, tendo todos eles os mesmos direitos, inclusive sucessórios, independentemente da origem da filiação. Pode-se afirmar que o vínculo familiar se estabelece para além do



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

vínculo biológico, sendo que novos arranjos familiares com base no afeto são juridicamente reconhecidos com todos os efeitos daí advindos.

Materiais e métodos

Esta pesquisa encontra seus fundamentos na Constituição Federal, no Código Civil de 2002, além de doutrina e jurisprudência nacionais e propõe o reconhecimento do afeto como princípio jurídico que deve ser aplicado nas relações familiares com reflexos, inclusive, no direito sucessório. Nesse sentido já decidiu o STF no RE898.060/SC, j. em 21.09.2016m de relatoria do Min. Luiz Fux (INFORMATIVO 840/STF). Para a melhor compreensão do tema, buscou-se analisar a evolução histórica do conceito de família, concluindo que o Direito está em constante evolução justamente para acompanhar as transformações pelas quais a sociedade perpassa e o reconhecimento do afeto nas relações familiares é resultado dessa evolução que deixou de ser essencialmente patrimonialista (CC/1916). É possível constatar que atualmente o ordenamento jurídico como um todo se preocupa mais com a pessoa do que com o patrimônio, razão pela qual o reconhecimento de relações afetivas, especialmente no que se refere à filiação, se sobrepõe à proteção ao direito patrimonial, conforme será demonstrado no tópico seguinte.

Resultados e Discussão

De acordo com o Código Civil de 2002, o parentesco é um vínculo jurídico decorrente de origem biológica ou consanguínea; lastreado na afinidade entre o cônjuge ou companheiro e os parentes um do outro que são os afins e, por fim, o parentesco pode decorrer de qualquer outra origem, conforme consta do artigo 1.593 do Código Civil (“O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”). Corroborando esse entendimento, o Enunciado n. 256 da III Jornada de Direito Civil estabelece que “A posse de estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil”. Deste modo, pode-se afirmar que o Direito Civil admite as seguintes modalidades de parentesco: consanguíneo ou biológico, por afinidade e parentesco civil. O parentesco lastreado na afinidade se encaixa na modalidade de parentesco civil, onde se encontram a filiação decorrente da adoção, de técnica de reprodução heteróloga e a parentalidade socioafetiva, fundada na posse de estado de filho. De acordo com a doutrina majoritária, os requisitos para a caracterização da posse de estado de filho, são três: a) tratamento (*tractatus* ou *tractacio*) que diz respeito ao tratamento entre os envolvidos que entre si e perante a sociedade são tratados como pais e filhos; b) a fama ou *reputatio*, que é o reconhecimento geral concretizado socialmente, isto é, a sociedade enxerga naquela relação, um vínculo de filiação e, por fim, a utilização do nome de família (*nomen*) que é um requisito facultativo que nem sempre



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

estará presente para a caracterização da filiação socioafetiva. Cite-se como exemplo, o marido que reconhece como seu o filho de sua esposa e convivem juntos por longos anos, estabelecida a relação de afeto; se depois desse longo lapso temporal, marido e mulher decidirem não mais conviver, não poderá o marido romper o vínculo de afeto que criou com o filho de sua esposa. Isso porque “a paternidade socioafetiva, calcada na vontade livre, não pode ser rompida em detrimento do melhor interesse do filho” (Enunciado 339 da IV Jornada de Direito Civil). Destaque-se, que em 2016 ao analisar a repercussão geral sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: “a paternidade socioafetiva declarada ou não em registro, não impede o vínculo do reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na filiação biológica, com efeitos jurídicos próprios”. (Recurso Extraordinário 898.060/STF). Diante do paradigmático julgado consolidou-se o entendimento de que a filiação socioafetiva é modalidade de parentesco civil. O julgado antes citado é um marco para o reconhecimento dessa nova forma de constituição familiar com os direitos que lhe são inerentes, inclusive no que diz respeito aos alimentos e ao direito sucessório. Dada a sua didática, colaciona-se abaixo o voto do Relator Ministro Luiz Fux no julgado ora debatido:

A paternidade responsável, enunciada expressamente no artigo 226, §7º da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento no espectro legal, tanto de vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados de ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. (STF-RE898.060/SC, Tribunal Pleno, 2016).

Frise-se, por relevante, que o ordenamento jurídico veda a discriminação odiosa entre os filhos, sendo que juridicamente inexistente diferença entre a filiação biológica, afetiva ou por adoção. Nesse sentido, Flávio Tartuce afirma que, “não há hierarquia entre uma ou outra modalidade de filiação, o que representa um razoável equilíbrio” (TARTUCE, 2017, p.1426). Importante consignar que o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, uniformizando o procedimento em âmbito nacional, por meio do Provimento nº. 63/CNJ que dispõe, dentre outras, sobre o reconhecimento voluntário e averbação da paternidade e maternidade socioafetiva. Deste modo, uma vez preenchidos os requisitos constantes da referida normativa, o reconhecimento de filiação socioafetiva pode ser realizado diretamente nos serviços de registro civil de pessoas naturais, sem intervenção do Poder Judiciário, cujos benefícios saltam aos olhos diante da desburocratização do procedimento.



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

Conclusões

Diante do que foi exposto, é possível concluir que o afeto é dotado de valor jurídico e produz consequências concretas inerentes à ordem civil e constitucional, calcado especialmente no princípio da dignidade da pessoa humana. Indubitável que a partir de tal reconhecimento o filho socioafetivo adquire os mesmos direitos que os filhos oriundos de outra origem, sendo vedado qualquer tipo de discriminação. Importante destacar a significativa contribuição do Provimento nº 63/CNJ que dispõe sobre o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva de forma célere, desburocratizada e com custos reduzidos, o que representa um marco para a sociedade brasileira.

Referências

DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto: questões jurídicas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

FACHIN, Luiz Edson. **Da paternidade; relação biológica e afetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

IBDFAM. **Filiação socioafetiva: Repercussões a partir do provimento 63 do CNJ**, enviado por Ricardo Calderón e Gabriele Bortolan Toazza. Disponível em [https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Filia%C3%A7%C3%A3o%20Socioafetiva%20-%20repercuss%C3%B5es%20a%20partir%20do%20prov%2063%20do%20CNJ%20-%20Calderon%20e%20Toazza%20\(1\).pdf](https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Filia%C3%A7%C3%A3o%20Socioafetiva%20-%20repercuss%C3%B5es%20a%20partir%20do%20prov%2063%20do%20CNJ%20-%20Calderon%20e%20Toazza%20(1).pdf). Acesso em 01 de dezembro de 2021.

Supremo Tribunal Federal. RE 898060/SC. disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919> Acesso em 01/12/2021

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 7.ed. Rio de Janeiro: Método, 2017. Volume Único.

ANATOMIA HUMANA COMO BASE PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM

João Rafael da Silva
jjoao888@gmail.com, Faculdade Cristo Rei, FACCREI, Uraí, Paraná, Brasil.
Tatiane Renata Fagundes
(Orientadora)



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

tatiane@faccrei.edu.br, Faculdade Cristo Rei, FACCREI, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.

Resumo: A disciplina anatomia humana visa aprender toda a formação e o desenvolvimento do corpo humano para poder compreender suas funções. Ao decorrer dos cursos de graduação de enfermagem estão nas matrizes curriculares matérias voltadas para o estudo das partes anatômicas e a compreensão de seus sistemas para que dessa forma, o aluno possa obter êxito ao desenvolver suas funções profissionais ao final da carreira de graduando.

Palavras-chave: Anatomia Humana; Enfermagem; Graduação.

Introdução

A anatomia humana trata-se de uma disciplina do campo de biologia com o objetivo de estudar a formação e o desenvolvimento do corpo humano e dessa forma poder compreender todo o seu funcionamento.

Durante a graduação de cursos da área de ciências biológicas e da saúde, o aluno aprende no componente curricular de anatomia humana a morfologia dos órgãos, suas localizações, e fisiologia dos sistemas, contribuindo assim para a formação acadêmica, que acarretará no êxito de suas futuras atividades laborais (Salbego et al., 2021)

Diante disso, torna-se de extrema importância para o profissional da enfermagem, ter todo o conhecimento necessário para que assim possa desempenhar um exímio trabalho e obter sucesso em seu processo de cuidado. O objetivo desse estudo é revisar sobre a importância do estudo da anatomia humana para a formação do profissional de enfermagem.

Materiais e métodos

Esse estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa para o ensino de anatomia humana para o curso de enfermagem. Foram considerados os artigos publicados nos últimos 20 anos, em língua portuguesa e inglesa. Os resultados da pesquisa foram classificados e usados ou não quanto ao título e objetivo dos estudos.

Resultados e Discussão

Corredera e Santana (2003) consideram que a anatomia humana é como um alicerce de todas as disciplinas clínicas, tornando-se uma disciplina instrumental, ou seja: uma disciplina que realmente será usada, um instrumento, uma ferramenta, e até mesmo definem como uma atividade intelectual eficaz.



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

Portanto, ter domínio dessa disciplina é uma necessidade intrínseca ao profissional de enfermagem.

Alguns autores declaram ainda que as metas desta disciplina são no mínimo, conhecer as estruturas anatômicas por meio de imagens e entender as bases anatômicas da patologia (Kestenberg et al., 2006).

Dessa forma, para a atuação do enfermeiro é necessário a aquisição de conhecimentos sobre a anatomia humana juntamente vinculado com as outras disciplinas durante a graduação, considerando que o profissional deve-se ter uma base evidente sobre a saúde, cuidado, e funcionamento das estruturas do corpo em consonância das dimensões biológicas (Baldo et al., 2009).

Conclusões

Sendo assim, este resumo trata-se da importância do estudo da anatomia humana para a formação do profissional da enfermagem juntamente com todos os outros conhecimentos adquiridos para poder desenvolver suas futuras habilidades profissionais do ato de cuidar estando inteiramente capacitado para realizar suas funções na área da saúde.

Referências

CORREDERA, B.M.; SANTANA, P.L. Relevancia de la anatomia humana en el ejercicio de la medicina de asistencia primaria y em el estudio de las asignaturas de segundo ciclo de la licenciatura em medicina. **Educación médica**, v.6, n.1, p.41-51. 2003.

KESTENBERG, C.C.F., REIS, M.M.S.A.; MOTTA, W.C.; CALDAS, M.F.; RODRIGUES, D.M.C. Cuidando do estudante e ensinando relações de cuidado de enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v.15, Esp., p.193-200, 2006.

SALBEGO, C.; OLIVEIRA, E. M. D de; SILVA, M. de A. R. da.; BUGANÇA, P. R. Percepções Acadêmicas sobre o Ensino e a Aprendizagem em Anatomia Humana. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.39, n.1 p.23-31. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198152712015v39n1e00732014>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA NA 18ª REGIONAL DE SAÚDE DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Miriã Braz Duarte Eugênio
mizinhabraz@gmail.com, Faculdade Cristo Rei, FACCREI,
Cornélio Procópio, Paraná, Brasil.



FACULDADE CRISTO REI
VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2021

Thiarles Cristian Aparecido Tonon
(Orientador e Coautor) profthiarlestonon@gmail.com, Universidade Pitágoras,
Unopar Anhanguera,
Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo: O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar os números de casos de notificações de Intoxicação Exógena no período de 2016 a 2020 (cinco anos), da população pertencente à 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio/PR. Para cumprir com este objetivo foi analisado o banco de dados de notificação deste agravo dos 21 municípios pertencentes a essa regional. Foi constatado um aumento das notificações de intoxicações exógenas por intermédio do uso inadequado de medicamentos. A circunstância de maior ocorrência foi de tentativa de suicídio, demonstrando fragilidade em nossa saúde, que necessita adotar ações e medidas de prevenção e sensibilização para o controle do mesmo.

Palavras-chave: Intoxicações; Fármacos; Epidemiologia.

Introdução

Segundo a ficha epidemiológica de Intoxicação Exógena, (Brasil, 2021) - a definição de caso suspeito de intoxicação exógena é todo indivíduo que, tendo sido exposto a substâncias químicas (agrotóxicos, medicamentos, produto de uso doméstico, cosmético e higiene pessoal, produtos químicos de uso industrial, drogas, plantas e alimentos e bebida), apresente sinais e sintomas clínicos de intoxicação e/ou alterações laboratoriais provavelmente ou possivelmente compatíveis.

A Portaria MS/GM nº 1061 de 18 de maio de 2020 (*online* 2020), estabelece que as intoxicações exógenas devem ser tratadas como um agravo à saúde de notificação compulsória semanal. A notificação deve ser realizada por profissional de saúde que prestar o primeiro atendimento ao paciente. Este trabalho se objetiva mostrar o aumento das intoxicações por medicamentos, por meio dos dados da 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio/PR.

Materiais e métodos

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram utilizadas pesquisas no site do Ministério da Saúde (Datusus A) pelo método TABNET - aplicativo tabulador genérico de domínio público que permite organizar dados de forma rápida, conforme a consulta que se deseja tabular.

Faz parte da pesquisa os 21 (vinte e um) municípios de abrangência da 18ª

Regional de Saúde de Cornélio Procópio – PR - Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí. - Além dos municípios, foi usado como critério de seleção no TABNET B o agente tóxico causador da intoxicação, a circunstância da exposição, faixa etária e sexo.

Resultados e Discussão

Entre o grupo de agentes tóxicos causadores das intoxicações estão: Medicamento, Agrotóxico de uso agrícola, Agrotóxico de uso doméstico, Agrotóxico de uso para a saúde pública, Raticida, Produto veterinário, Produto de uso domiciliar, Cosmético – higiene pessoal, Produto químico de uso industrial, Metal, Drogas de abuso, Planta tóxica, alimento e bebida e outros. Nota-se que do total dos casos no período de 2016 a 2020, 57% trata-se de intoxicação por medicamento, seguido de 10% por agrotóxico agrícola, 8% de casos com agente tóxicos causador como ignorado ou em branco, com 25% sendo os demais conforme Tabela 01.

Tabela 01 – Tabela do número de casos notificados de Intoxicação exógena segundo agente tóxico no período de 2016 a 2020.

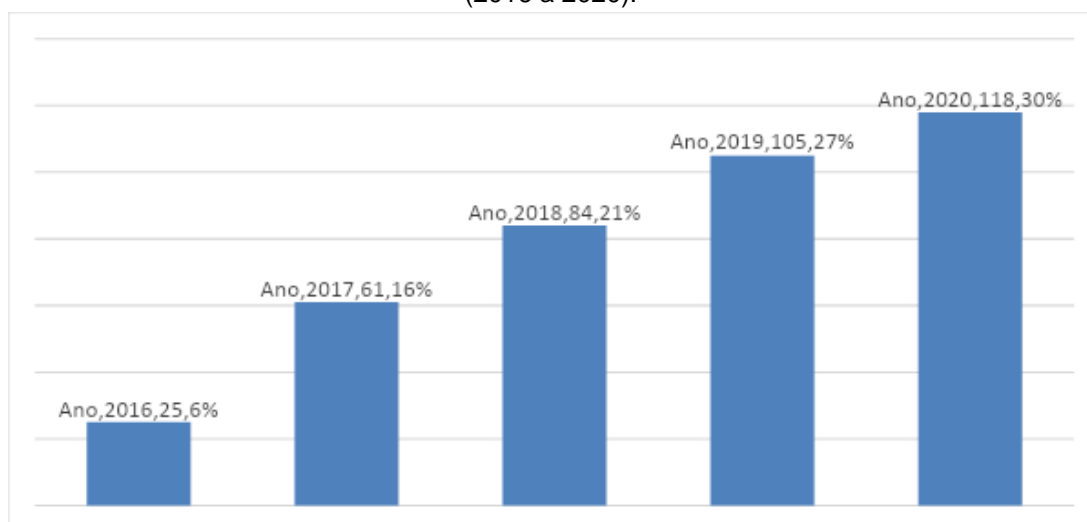
Agente Tóxico	2016	2017	2018	2019	2020
Ignorado ou em Branco	1	0	12	23	16
Medicamento	25	61	84	105	118
Agrotóxico agrícola	12	12	13	11	20
Agrotóxico doméstico	2	0	3	3	2
Agrotóxico saúde pública	0	1	1	0	0
Raticida	3	6	3	3	6
Produto veterinário	0	2	1	3	3
Produto uso domiciliar	5	9	8	9	11
Cosmético	0	0	2	1	1
Produto químico	3	2	5	1	8

Drogas de abuso	2	6	2	11	7
Planta tóxica	1	3	1	1	0
Alimento e bebida	2	0	7	15	4
Outro	0	0	3	0	5

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (15/11/2021).

Os resultados encontrados nos apontam um aumento das intoxicações exógenas causadas pelo uso de medicamentos, conforme Gráfico 01.

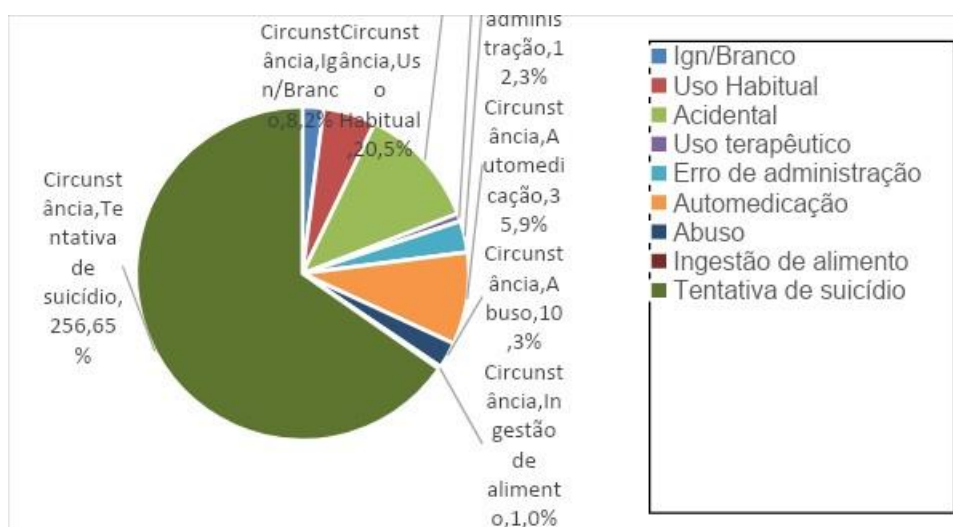
Gráfico 01 – Número de casos de notificações de Intoxicação Exógena por Medicamento (2016 a 2020).



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (15/11/2021).

Foram analisadas também as circunstâncias em que ocorreram as intoxicações. Entre elas estão: Tentativa de suicídio, Acidental, Automedicação, Uso habitual, Erro de administração, Abuso, Uso terapêutico, entre outros. (Gráfico 02). Segundo os dados obtidos, nesses cinco anos analisados (2016 a 2020), do total das notificações de intoxicações exógenas por medicamento, mais de 50% foram tentativas de suicídio.

Gráfico 02 – Percentual de casos de notificações de Intoxicação Exógena por Medicamento, segundo Circunstância (2016 a 2020).



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (15/11/2021).

A circunstância da exposição por tentativa de suicídio também foi observada com outros agentes como agrotóxico agrícola e também nos casos de agente causador ignorado ou em branco.

Há uma predominância no período de 2016 a 2020 da faixa etária de 20-39 anos (58%), variando posteriormente entre faixa etária de 15-19 anos e 40-59 anos (cerca de 18%). A pesquisa também aponta que 77% dos casos são do sexo feminino.

Conclusões

Com a análise, concluímos que o número de notificações realizadas por intoxicação exógena causada por medicamento está aumentando juntamente com o uso indiscriminado desses fármacos. Por ser facilmente disponibilizado, passou a fazer parte do nosso cotidiano, sendo comum tê-lo em casa, assim, tornou-se uma ferramenta viável para a tentativa de suicídio. Por se tratar de um agravo de importância para a saúde pública, deve-se pensar em medidas de promoção e prevenção das intoxicações por medicamentos. Ações de prevenção devem ser amplamente divulgadas e medidas de proteção à saúde dos pacientes. Capacitações a profissionais quanto à prescrição dos medicamentos e orientações devidas devem ser abordados. Manter a vigilância quanto aos fármacos, se atentando às políticas públicas voltadas para a faixa etária descrita no trabalho e pela maioria se tratar de mulheres jovens. É de grande relevância que gestores e profissionais de saúde procurem implementar



FACULDADE CRISTO REI

VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2021

as políticas de saúde pública voltadas a esse grupo, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o uso das Diretrizes Nacionais para Prevenção ao Suicídio. Lembrando que podem existir muitos casos de subnotificação, o que pode agravar a situação inclusive de outros indicadores, pois toda vez em que houver um atendimento por intoxicação exógena em que a circunstância da exposição for tentativa de suicídio, o profissional deve preencher também a ficha epidemiológica de Violência Interpessoal e Autoprovocada, conforme Portaria mencionada acima das doenças e agravos de notificação compulsória. Garantir o bem-estar desses pacientes através de acompanhamento pela Rede de Saúde Mental de forma humanizada e assistência contínua. O mesmo com respeito à facilidade na aquisição de agrotóxico de uso agrícola, onde sabemos ser amplamente discutido inclusive por demais setores na sociedade referente ao risco para a saúde da população. Devem intensificar também as investigações dos casos, pois vimos um número muito grande de casos ignorados e em branco, dificultando uma melhor análise do perfil epidemiológico e as medidas a serem adotadas.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 16/11/2021a.

Brasil. Ministério da Saúde. **Departamento de Informação do SUS**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/Intoxpr.def>. Acesso em: 16/11/2021b.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.061, de 18 de maio de 2020. **Revoga a Portaria nº 264, de 17 de fevereiro de 2020, e altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional**. Brasília, DF: 18 de maio de 2020.

Brasil. República Federativa do Brasil. **Ministério da Saúde. Ficha de Investigação Intoxicação Exógena**. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/CIATox-Centro-de-Informacao-e-Assistencia-Toxicologica-do-Parana>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.



FACULDADE CRISTO REI

VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2021

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
CONTEXTOS PANDÊMICOS**

Denise da Silva de Oliveira
denisesiloliveira@yahoo.com.br, Universidade Estadual de Londrina, UEL,
Londrina, Paraná, Brasil.

Ana Paula da Silva e Lino
anasemchechem@hotmail.com, Universidade Estadual de Londrina, UEL,
Londrina, Paraná, Brasil.

RESUMO: A presente pesquisa visa estabelecer reflexões a respeito do desenvolvimento de ações didáticas a partir da perspectiva de gêneros textuais que circulam no domínio discursivo escolar, fundamentando-se nos conceitos e estratégias da linguística textual. A proposição que norteia o estudo apresenta diferentes apreensões da língua, direcionando a discussão para as possibilidades de efetivação do processo de ensino e aprendizagem ensejado para as aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, por meio de uma dialética qualitativa, o aporte bibliográfico teórico leva em conta tanto as contribuições de Koch e Elias (2006), no que diz respeito tanto ao funcionamento da língua nas diversas situações de interação verbal, como também sobre o uso dos recursos que a língua oferece para a concretização de suas propostas de sentido, bem como sobre a adequação dos textos a cada situação. Já os estudos de Marcuschi (2008) e Bakhtin (2003) fundamentam as acepções da dimensão que abrange os gêneros textuais discursivos. O texto que ora se apresenta argumenta a respeito de maneiras para serem desenvolvidas as práticas pedagógicas com o estudo do texto, revelando que o desenvolvimento de ações que consideram elementos inter e extratextuais transfigura-se como um elemento que traz a multiplicidade de interpretações de um mesmo texto. Dessa maneira, o diálogo aqui estabelecido revela que o trabalho com gêneros, sob a perspectiva da linguística do texto, traz consigo um processo amplo e que não leva em conta apenas a teorização, mas, sobretudo, que demonstra as relações intrínsecas entre leitor, contexto e o próprio texto.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Textual; Gêneros Textuais; Contexto Escolar; Ensino de Língua Portuguesa.

Introdução

A linguística textual, tal qual ocorre com outros ramos das ciências, possui delimitações e perspectivas próprias, uma vez que sua preocupação maior é o texto, englobando as ações linguísticas, cognitivas e sociais envolvidas na organização, produção, compreensão e funcionamento no seu enfoque social.

Estas questões se relacionam diretamente na pesquisa de seu objeto de estudo – o texto.

Como defendem Antos e Tietz (1997), os textos, como formas de percepção social, admitem aos indivíduos que organizem cognitivamente o mundo. Sendo assim, é possível apreender que determinados aspectos de nossa realidade social são viabilizados por meio da representação dela mesma, uma vez que adquirem legitimidade e relevância social, transfigurando os textos como elementos de verificação do conhecimento visível e sociocognitivamente existente.

Dessa forma, o artigo que ora se apresenta traz uma discussão que visa estabelecer reflexões a respeito do desenvolvimento de ações didáticas a partir da perspectiva de gêneros textuais que circulam no domínio discursivo escolar, fundamentando-se nos conceitos e estratégias da linguística textual. Para tanto, o corpus de análise são diferentes produções textuais, abordando as diferentes fases que compreendem a linguística textual, bem como as possibilidades de abordagem do estudo do texto a partir de tais marcos teóricos.

De maneira específica, o estudo tenciona explanar sobre as abordagens que podem ser utilizadas em sala de aula para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, tendo como premissa um processo didático contextualizado e de estudo dos diferentes gêneros textuais discursivos que circulam no domínio discursivo escolar.

Materiais e métodos

Os procedimentos de pesquisa utilizados, na intenção de fazer emergirem novos conhecimentos e viabilizar a construção do artigo ora apresentado, desdobram-se em caminhos e maneiras de caminhar escolhidos. A partir deles foi possível dialogar, por meio de um posicionamento dialético, com as teorias de diferentes áreas do conhecimento.

O empreendimento foi dividido em três etapas distintas, a saber: no primeiro momento foram selecionados os textos teóricos sobre os seguintes temas: Linguística Textual; Gêneros Textuais; Contexto Escolar e Ensino de Língua Portuguesa.

Na sequência, os referidos materiais foram analisados e relacionados a outros textos teóricos, visando encontrar pontos de intersecção e afastamento, no sentido de verificar a relevância dos temas, sua atualidade e o estado da arte que circunda as temáticas de ensino.

Buscando transversalizar os conhecimentos, o texto aqui apresentado pautou-se nas elucbrações de Koch e Elias (2006), no que diz respeito tanto ao funcionamento da língua nas diversas situações de interação verbal, como também a respeito do uso de recursos que a língua oferece para a concretização de suas propostas de sentido, bem como sobre a adequação dos textos a cada situação. Já os conceitos a respeito dos gêneros textuais discursivos



FACULDADE CRISTO REI

VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2021

fundamentaram-se teoricamente nos estudos de Marcuschi (2008) e Bakhtin (2003), além de outros teóricos que embasam as questões paralelamente discutidas.

A última etapa foi a da elaboração do texto que ora se apresenta, revelando diferentes formas de percepção da organização textual, a partir das teorias e indicações propostas, presentes nas pesquisas realizadas.

Resultados e Discussão

Ao estabelecer a relação entre textos, o escritor pode lançar mão de uma ou outra possibilidade de intertextualidade e tal escolha dependerá do propósito, do efeito de sentido que se queira produzir. A intencionalidade do autor poderá determinar o tipo que ele utilizará em seu texto.

No processo de leitura e produção de sentido, ao usar a intertextualidade, há o deslocamento da significação do texto-fonte para um novo contexto e, dessa forma, há necessariamente uma mudança de sentido que deve ser percebida a partir da intenção de quem produz o texto. Isso é o que acontece, por exemplo, com o texto *Quadrilha da sujeira*, de Ricardo Ramos.

O poema *Quadrilha da sujeira*, de Azevedo (2007) apresenta intertextualidade implícita com o poema *Quadrilha*, de Andrade (1997) e, embora não haja explicitação da fonte no poema de Ricardo de Azevedo (2007), espera-se que faça parte da memória social do leitor o texto-base e que assim ele possa ser recuperado, principalmente porque ambos pertencem à mesma esfera de circulação: a literária.

Ao optar por manter o mesmo estilo do gênero poema de Drummond de Andrade (1997), o poeta de *Quadrilha da sujeira* utiliza-se da intertextualidade de forma e aciona no leitor modelos cognitivos globais, nesse caso, esquemas textuais que vão se acumulando por causa da utilização em uma dada cultura. Assim, ao ler o poema *Quadrilha da sujeira*, o leitor reconhece o modelo desse tipo de texto e já terá pistas de sua possível interpretação.

Aliás, as personagens também aparecem na mesma sequência e com os mesmos revezamentos, só que agora, ao invés da questão da incompatibilidade amorosa, o que prevalece é a ideia do mal causado ao outro por causa da sujeira, da poluição “João joga um palitinho de sorvete na / rua de Teresa que joga uma latinha...” (AZEVEDO, 2007, p. 53). Pode-se dizer assim que o exemplo do poema *Quadrilha da sujeira* incorpora o intertexto, retomando a forma do texto-fonte, mas com outro viés argumentativo, embora humor e pitada de ironia permaneçam em ambos (KOCH, 2006).

Enquanto *Quadrilha* trata do amor não correspondido entre as personagens do poema e a possível crítica ao casamento por interesse de Lili, que se casa com o sobrenome “Pinto Fernandes”, a obra de Azevedo (2007) não mantém a mesma questão temática, havendo um deslocamento do sentido do texto. Esse deslocamento inicia-se no título *Quadrilha da sujeira*. A adição da locução



FACULDADE CRISTO REI

VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2021

adjetiva da sujeita ressignifica a ideia de quadrilha de dança, coletiva e característica pela troca de parceiros, pela ideia de quadrilha com sentido pejorativo, de algo ruim, de uma ação negativa. Bentes (2004), ao falar sobre a recorrência do recurso da intertextualidade em títulos, principalmente na esfera jornalística, chama a atenção a uma possível explicação para tal fenômeno: acionar a atenção do leitor, instigar seus conhecimentos prévios sobre o texto-fonte e produzir uma imagem positiva da instituição e/ou produtor do texto. Essa explicação também seria possível de ser aplicada ao texto analisado.

O texto-fonte de Drummond (1997) é um poema relativamente conhecido e revela a capacidade do poeta que compõe a intertextualidade de brincar com a linguagem e conseguir novos efeitos de sentido. É importante salientar que, no campo da recepção, o não conhecimento do poema-fonte não seria, nesse caso, fator determinante à compreensão do leitor, e um sentido global novo poderia ser acionado. No entanto, não haveria a percepção do efeito de sentido provocado pelo deslocamento do intertexto, ficando assim prejudicados os efeitos de sentido pretendidos.

Conclusões

As reflexões da Teoria Textual realizadas neste estudo evidenciam que um texto é dotado de fatores de textualização, os quais precisam ser observados para que o todo significativo possa dotar-se de progressão e comunique de maneira coerente e coesa. Dessa maneira, os aspectos textuais dos gêneros textuais discursivos que circulam no domínio discursivo escolar precisam sustentar uma produção de texto dotada de forma e, sobretudo, função enunciativa.

Nesse sentido, cabe reiterar que as ações pedagógicas voltadas ao estudo do texto tendo como perspectiva a linguística textual pautam-se em diferentes concepções de texto, revelando, portanto, que os fatores de textualidade fazem com que o texto se torne um conjunto de orações concatenadas por uma estrutura concreta.

Em linhas gerais, os sete critérios de textualidade apresentados por Marcuschi (2008) permitem a um determinado gênero apresentar sentido, dotando as comunidades discursivas produtoras e capazes de utilizar os mecanismos textuais visando produzir textos coerentes e coesos, visto que o ensino e a aprendizagem demandam uma análise crítica aprofundada tanto de elementos inter, bem como daqueles extratextuais.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. Rio de Janeiro: Record, 2002.



FACULDADE CRISTO REI

VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2021

AZEVEDO, Ricardo. **Você diz que sabe muito, borboleta sabe mais!** São Paulo: Moderna, 2007.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 18. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.